



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 183/2012

EDITAL

(Processo nº 011.363/12-6)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, e este Pregoeiro, designado pela Portaria do Presidente do Senado Federal nº 03, de 2012, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 5.450/2005, bem como da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do Ato da Comissão Diretora nº 10/2010 e tendo em vista o que consta do Processo nº 011.363/12-6, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO, destinada à **contratação de empresa para a prestação de serviços de digitalização de um acervo de livros e periódicos raros, gerando arquivos mestres de alta qualidade para a Biblioteca do Senado Federal**.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico COMPRASNET.

DATA: 17/10/2012.

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 9:30hs.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes no site www.comprasnet.gov.br.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem por objeto a contratação de empresa especializada para digitalização de um acervo de livros e periódicos raros, gerando arquivos mestres de alta qualidade, durante 12 (doze) meses consecutivos, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

1.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATSER e as constantes deste edital prevalecerão as últimas.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do site www.comprasnet.gov.br.

2.1.1 – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 – O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 - Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3 - Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, consórcios de empresas ou empresas que, por qualquer motivo, estejam punidas com a suspensão do direito de licitar, tenham sido declaradas inidôneas ou impedidas de licitar e contratar por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital, bem como as pessoas elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993, além das empresas que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação.

CAPÍTULO III - DA VISTORIA

3.1 – É facultado à licitante interessada em participar deste Pregão, mediante prévio agendamento junto à Secretaria de Biblioteca do Senado Federal, realizar vistoria técnica, **com antecedência mínima 05 (cinco) dias úteis**, contados da data marcada para a sessão pública, para conhecer as instalações.

3.1.1 – A vistoria deverá ser agendada de segunda a sexta nos horários de 9h às 12h, com Helena Celeste Vieira ou Walderez Maria Duarte Dias, pelos telefones (61) 3303-3943 ou (61) 3303-3944.

3.1.2 – Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.



SENADO FEDERAL

3.1.3 – A vistoria deverá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer municiado de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa.

3.1.3.1 – A comprovação do vínculo poderá ser feita através do contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente).

3.1.3.2 – Caso o vistoriador não atenda aos requisitos do item 3.1.3, não será executada a vistoria.

3.2 – Realizada a vistoria, a licitante receberá o Termo de Vistoria, emitido pela Secretaria de Biblioteca.

3.3 – Caso a interessada opte por não realizar vistoria, firmará declaração na qual dispensa a necessidade de vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do presente edital.

3.4 – A apresentação do Termo de Vistoria ou da Declaração de Dispensa de Vistoria será obrigatória na fase de habilitação do certame.

CAPÍTULO IV – DA PROPOSTA

4.1 - A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2 – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, os **preços unitário por página e total da proposta, considerando a quantidade estimada de 180.000 (cento e oitenta mil) páginas**, expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

4.2.1 – O arredondamento de valores e preços da presente licitação reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20/2010:

a) para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais.

b) quando a casa decimal imediatamente posterior à definida na letra ‘a’ for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.



SENADO FEDERAL

4.3 – No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, deverão ser prestados todos os demais esclarecimentos necessários ao perfeito detalhamento do objeto.

4.3.1 – Prazo de início dos serviços de, no máximo, 20 (vinte) dias, contados a partir da assinatura do contrato.

4.3.2 – Prazo de execução dos serviços de, no máximo, 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

4.3.3 – Prazo de garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo de cada lote.

4.4 – A omissão dos prazos fixados no subitem anterior implica a aceitação dos prazos indicados neste edital.

4.5 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

4.6 - Serão desclassificadas as propostas que comprovadamente cotarem objeto diverso daquele requerido nesta licitação ou que desatendam as exigências deste edital.

4.7 – A licitante que se enquadre na definição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar em campo próprio do sistema.

4.8 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.9 – As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

4.9.1 – Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

4.9.2 – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

4.10 – As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

4.10.1 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.



SENADO FEDERAL

4.11 – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO V – DA SESSÃO PÚBLICA

5.1 - A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no site www.comprasnet.gov.br.

5.2 - Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3 - Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

5.4 – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5 – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no site www.comprasnet.gov.br.

CAPÍTULO VI – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

6.2 - Somente as licitantes com propostas apresentadas classificadas participarão da fase dos lances.

CAPÍTULO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

7.2 – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.3 – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.



SENADO FEDERAL

7.4 – Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

7.5 - Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.6 - Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.7 - O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta minutos), aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

CAPÍTULO VIII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS

8.1 - Havendo participação de microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas na sessão de lances, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.1.1 - Encerrada a fase de ofertas de lances, caso a melhor proposta não tenha sido ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e houver proposta apresentada por alguma(s) dessas pessoas jurídicas, com valor até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa será convocada a apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será adjudicado a seu favor o objeto desta licitação;

b) não sendo vencedora a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa a mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no “caput” deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.1.2 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO IX – DO JULGAMENTO

9.1 – O critério de julgamento adotado será o de **menor preço unitário (por página)**.

CAPÍTULO X – DA NEGOCIAÇÃO

10.1 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

10.1.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

CAPÍTULO XI – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1 - O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o reenvio de sua proposta de preço devidamente adequada ao último lance via fac-símile, para o número **(61) 3303-1068**, ou para o endereço eletrônico **copeli@senado.gov.br**, cujo prazo máximo para atendimento será de **60 (sessenta) minutos**, contados da solicitação.

11.1.1 – A proposta de preços deverá ser formatada conforme modelo constante do Anexo 4, e estar acompanhada do instrumento de outorga de poderes ao representante legal da empresa que assinará o contrato.

11.1.2 – Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, a **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada na **Via N2, Unidade de Apoio II, CEP 70.165-900, Brasília-DF**.

11.1.3 – A licitante detentora da proposta mais bem classificada que deixar de atender à solicitação prevista neste Capítulo, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.2 – O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo 01), bem como sua adequação às especificações técnicas do objeto.

11.2.1 - O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta.

11.2.2 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.



SENADO FEDERAL

11.2.3 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

CAPÍTULO XII – DA HABILITAÇÃO

12.1 – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao IV do Cadastro de Pessoa Jurídica e da documentação complementar especificada neste edital.

12.2 – As licitantes que não atenderem às exigências do Cadastro de Pessoa Jurídica, Nível I ao IV, do SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

12.3 – As licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:

12.3.1 - CAPACIDADE TÉCNICA:

- a.** Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante prestou ou está prestando, a contento, serviço compatível com o objeto licitado.
- b.** Declaração de disponibilidade dos seguintes equipamentos:
 - b.1.** aparelhamento técnico disponível que será utilizado na execução dos serviços, descrevendo a quantidade de estações de trabalho disponíveis (configuração/marca/modelo), quantidade de scanners disponíveis (marca/modelo/velocidade nominal e tamanho do documento); devendo ter, no mínimo, dois scanners planetários com Resolução (espacial) de 300 dpi (trezentos pontos por polegadas), resolução de cor (bit depth) de 24 (vinte e quatro) bits 16,7 milhões de cores; e colour space - RGB (Red, Green and Blue); compensador de lombada com acionador eletrônico (manual, de pedal ou software) para facilitar a captura das imagens de livros; com qualidades técnicas e condições de controle de luminosidade de forma a garantir a reprodução de cores iguais ao original. Estes equipamentos devem ter velocidade nominal mínima (throughput) diária de 760 (setecentos e sessenta) folhas;
- c.** declaração de disponibilidade dos seguintes softwares:
 - c.1.** software de reconhecimento de caracteres (OCR) de eficiência reconhecida pelo mercado;
 - c.2.** software de captura de imagem que garanta a capacidade e características especificadas para os scanners (item b.1);



SENADO FEDERAL

c.3. software de tratamento de imagens que permita a junção perfeita de duas imagens (para objetos de grande formato, que a área de captura do scanner seja insuficiente);

d. declaração afirmando que todo esse conjunto de software e hardware pode ser instalado nas dependências do Senado Federal, durante a vigência do contrato.

12.3.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a.** comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo SICAF, for igual ou inferior a 1 (um).
- b.** Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

12.3.3 – REGULARIDADE TRABALHISTA:

- a.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

12.3.4 – OUTROS DOCUMENTOS:

- a.** A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:
 - a.1.** Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
 - a.2.** Declaração de inexistência de fato impeditivo, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993;
 - a.3.** Declaração de Proposta Independente (DPI).

12.4 - Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos via fac-símile, para o número **(61) 3303-1068**, ou para o endereço eletrônico **copeli@senado.gov.br** no prazo de **60 (sessenta) minutos**, contados da solicitação do Pregoeiro.

12.4.1 - Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 03 (três) dias úteis,



SENADO FEDERAL

contados da solicitação do Pregoeiro, a **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada na **Via N2, Unidade de Apoio II, CEP 70.165-900, Brasília-DF**.

12.5 – Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição do CNPJ.

12.6 – Caso a licitante tenha mais de um domicílio, deverá apresentar documentos para habilitação relativamente a apenas um deles, com mesmo CNPJ.

12.6.1 – Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica a regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza são emitidos somente em nome da matriz.

12.7 – O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes, constituindo meio legal de prova as informações obtidas pelo Pregoeiro.

12.8 – As microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.8.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

12.8.2 - a não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

12.9 - O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

12.9.1 - Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XIII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

13.1 – Será analisada a proposta da primeira colocada e se a proposta não for aceitável ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

13.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XIV – DO RECURSO

14.1 – Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de **20 (vinte) minutos**, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

14.1.1 – A falta de manifestação motivada no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

14.1.2 – O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

14.1.3 – A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo intimadas a apresentar contra-razões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

14.1.4 – Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação da licitante.

14.2 - Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contra-razões de recurso, à licitante interessada será assegurada vista imediata dos elementos necessários à defesa de seus interesses.

14.3 – Admitido o recurso, caso o pregoeiro mantenha a sua decisão, será o mesmo apreciado pela autoridade competente.

14.4 - Os recursos apresentados pelas licitantes serão dirigidos, por intermédio do Pregoeiro, ao Senhor Diretor-Geral Adjunto, nos termos do art. 10 do Regulamento de Compras e Contratações do SENADO aprovado pelo Ato nº 10/2010 da Comissão Diretora c/c o art. 4.º, incisos XVIII, XIX, XX e XXI, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

14.5 – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 – O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Diretor-Geral Adjunto do Senado Federal.

15.2 – A homologação deste Pregão compete à Diretora-Geral do Senado Federal.

15.3 – O objeto deste Pregão será adjudicado **unitariamente** à vencedora do certame.

CAPÍTULO XVI – DA ASSINATURA DO CONTRATO

16.1 – Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

16.1.1 – O não comparecimento da licitante no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a convocar outra licitante para assumir o objeto da licitação e, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, assinar o respectivo contrato, obedecida a ordem de classificação.

16.2 – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

CAPÍTULO XVII – DAS PENALIDADES

17.1 – A licitante que, convocada para assinar o contrato, no prazo estabelecido no item 16.1, ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o seu valor global, caso se recuse ao cumprimento desse procedimento nesse prazo, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

17.2 - As licitantes subseqüentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no subitem 16.1.1, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 17.1.

17.3 - Se a licitante e/ou contratada deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, fraudar o processo licitatório, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e, será descredenciada no SICAF ou do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.



SENADO FEDERAL

17.3.1 – No caso de entrega ou apresentação de documentação falsa exigida para o certame, não manutenção da proposta, fraude na execução do contrato, comportamento inidôneo ou se cometer fraude fiscal, ficará a contratada ou licitante, conforme o caso, sujeita à aplicação de multa de 10% sobre:

- a) o valor total do ajuste, se contratada; e
- b) o valor total de sua proposta, se licitante.

17.4 - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XVIII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

18.1 – Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico copeli@senado.gov.br.

18.2 – O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

18.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.4 – Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico copeli@senado.gov.br.

18.5 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

CAPÍTULO XIX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 - O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

19.2 - Integram este edital os seguintes anexos: Anexo 01 – Termo de Referência; Anexo 02 – Especificações; Anexo 03 – Minuta de contrato; e Anexo 04 – modelo de apresentação de proposta.



SENADO FEDERAL

19.3 - É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova as informações obtidas pelo Pregoeiro.

19.4 - No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

19.5 - As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

19.6 - As demais disposições obrigatórias definidas nos incisos do art. 40 da Lei nº 8.666/1993 estão previstas nos anexos deste edital.

19.7 - Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

CAPÍTULO XX – DO FORO

20.1 - Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão, que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 27 de setembro de 2012.

RONALDO WAGNER CARMONA
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 183/2012

(Processo nº 011.363/12-6)

ANEXO 01

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO	Contratação de empresa especializada para a digitalização de um acervo de livros e periódicos raros, no total de 180.000 (cento e oitenta mil) páginas, gerando arquivos mestres de alta qualidade.
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Conforme Anexo 02 (Especificações) do edital.
QUANTIDADE	180.000 (cento e oitenta mil) de páginas.
JUSTIFICATIVA	Permitir o acesso do público às obras raras que fazem parte do acervo do Senado Federal, resguardando a segurança do acervo, sem colocar sua saúde em perigo, tendo em vista a possibilidade de haver fungos ou bactérias no material, ou correr o risco de subtrações intencionais ou não.
ADJUDICAÇÃO	Menor Preço Unitário.
PREÇO(S) ESTIMADO(S)	Item único: R\$ 2,05 (dois reais e cinco centavos) por página GLOBAL: R\$ 369.000,00 (trezentos e sessenta e nove mil reais)
VIGÊNCIA DO CONTRATO	12 (doze) meses consecutivos, a partir da data de sua assinatura.
FORMA DE PAGAMENTO	Conforme Cláusula Sexta do contrato.
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Programa de Trabalho: 000040 Natureza da Despesa: 339039
PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	Até 12 (doze) meses, contados do seu início.
LOCAL DE EXECUÇÃO	Dependências da Biblioteca do Senado Federal, em Brasília-DF
FISCALIZAÇÃO	Conforme cláusula nona da minuta de contrato.

Brasília, 27 de setembro de 2012.

RONALDO WAGNER CARMONA
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 183/20112

(Processo nº 011.363/12-6)

ANEXO 02

ESPECIFICAÇÕES

CATSER: 14486

Características do objeto

Digitalização de documentos em cores, em um total estimado de 180.000 (cento e oitenta mil) páginas que se encontram encadernadas em aproximadamente 300 (trezentos) livros/periódicos raros. O tamanho médio das obras, compreendendo mais de 90% (noventa por cento) do acervo é de 24 cm (vinte e quatro centímetros) de altura por 18 cm (dezoito centímetros) de largura. O maior tamanho de obra é de 32 cm (trinta e dois centímetros) de altura por 32 cm (trinta e dois centímetros) de largura.

Excepcionalmente, menos de 0,5% (meio por cento) das páginas terá imagens que ocuparão duas páginas e, caso o scanner não tenha área de captura que consiga capturá-las em apenas uma página, deverá ser feito um trabalho de junção dessas imagens, em um único objeto digital.

Para a execução do trabalho, a contratada deverá instalar equipamentos para captura de imagem (scanner) tipo planetário, que permita a captura da imagem das páginas de documentos encadernados (por meio de mesa compensadora de lombadas e pedal disparador ou similar). O equipamento deverá permitir a captura de imagens conforme as especificações técnicas constantes do item “Tipos de arquivos gerados” deste documento. Também deverá instalar microcomputadores com configuração compatível com a rede de comunicação de dados do SENADO, com configuração que permita a execução dos softwares para controle dos scanners e o armazenamento provisório dos arquivos gerados.

Os livros/periódicos que serão digitalizados encontram-se encadernados e necessitam de extremo cuidado em seu manuseio. Esse material não poderá ser desencadernado para a realização do trabalho. Como a digitalização das obras raras do SENADO possui características do conceito de “preservação digital”, as imagens geradas deverão refletir, de forma idêntica, todas as características dos originais, incluindo as imperfeições geradas pelo tempo, manuseio ou qualquer outro fator.

O único recurso de correção admitido será o “Deskew”, que elimina uma eventual inclinação em relação à linha horizontal que o documento tenha sido digitalizado.

Não será necessário o trabalho de indexação dessas obras raras.



SENADO FEDERAL

Preparação do material para digitalização

A empresa contratada não precisará preparar o material, pois as obras estão encadernadas e não poderão ser desmontadas ou tratadas por nenhum outro processo. A empresa contratada deverá garantir um manuseio adequado que preserve a integridade física da obra e a saúde física dos funcionários da empresa que deverão executar a digitalização.

Tipos de arquivos gerados

Para esta coleção deverão ser gerados os seguintes tipos de arquivos:

Arquivo Mestre

- Será o arquivo que garantirá a preservação digital das Obras Raras e terá as seguintes características:
- Formato da imagem - TIFF 6.0 - Tagged Image File Format;
- Compressão da imagem – sem compressão;
- Resolução (espacial) - 300 dpi (trezentos pontos por polegadas);
- Resolução de cor (bit depth) - 24 (vinte e quatro) bits – 16,7 milhões de cores;
- e
- Colour space - RGB (Red, Green and Blue).

Arquivo de Exibição

Será o arquivo para exibição na Internet, utilizando uma aplicação já desenvolvida em funcionamento no Senado. Este arquivo deverá conter um conjunto de arquivos (todas as páginas, inclusive capa e contracapa) que compõem uma obra. O Arquivo de Exibição terá as seguintes características:

- Formato da imagem – PDF, gerado pelo Adobe Acrobat Professional, versão 8 ou superior;
- Compressão da imagem – definição de acordo com a versão utilizada;
- Resolução (espacial) - definição de acordo com a versão utilizada;
- Resolução de cor (bit depth) - definição de acordo com a versão utilizada; e
- Colour space - definição de acordo com a versão utilizada.

Armazenamento e nomenclatura dos arquivos

Os arquivos gerados deverão obedecer aos seguintes padrões de armazenamento e nomenclatura:

Estrutura de arquivamento dos arquivos mestres nas pastas (diretórios)

Os arquivos mestres devem ser armazenados da seguinte forma:

- Pasta 1º nível – “**Obras Raras**”; pasta geral das obras raras.



SENADO FEDERAL

- Pasta 2º nível – “**Ordem de serviço xx_aaaa**”; onde xx é um número da ordem de serviço somada a cada mês, e aaaa é o ano corrente da ordem de serviço;
- Pasta 3º nível – “**TIFF**”; tipo de arquivo;
- Pasta 4º nível – “**Lote xx**”; onde xx é o número do lote, determinado pela Biblioteca;
- Pasta 5º nível – **Título do livro e ano de publicação**; se a obra for dividida em volumes, acrescenta-se entre o título e o ano a informação vx, onde x é o número do volume da obra; o ano da publicação deve vir em formato de 4 dígitos.

Exemplo: \Obras Raras\Ordem de serviço 02_2012\TIFF\Lote 12\Estado de Sítio_v1_1880\.

Nome dos arquivos Mestres:

Os nomes dos arquivos serão compostos da seguinte forma, separando-se por traço sublinhado (*underline*):

- **Identificação da obra** – título da obra e, se houver volume, a informação vx, onde x é o número do volume da obra;
- **Data publicação** – com quatro dígitos;
- **Sequencial** – número sequencial da imagem (página do livro, incluindo capa, contracapa etc.), em formato de 4 dígitos; e
- **Extensão** - .tif.

Exemplo: Estado de Sítio_v1_1880_0001.tif

Estrutura de arquivamento dos arquivos de exibição nas pastas (diretórios)

Os arquivos de exibição devem ser armazenados da seguinte forma:

- Pasta 1º nível – “**Obras Raras**”; mesma pasta dos arquivos mestres;
- Pasta 2º nível – “**Ordem de serviço xx_aaaa**”; onde xx é um número da ordem de serviço somada a cada mês, e aaaa é o ano corrente da ordem de serviço; mesma pasta dos arquivos mestres.
- Pasta 3º nível – “**PDF**”; tipo de arquivo;
- Pasta 4º nível – “**Lote xx**”; onde xx é o número do lote, determinado pela Biblioteca;

Exemplo: \Obras Raras\Ordem de serviço 02_2012\PDF\Lote 12.

Nome dos arquivos de exibição:

Os nomes dos arquivos serão compostos da seguinte forma, separando-se por traço sublinhado (*underline*)

- Identificação da obra – título da obra e, se houver volume, a informação vx, onde x é o número do volume da obra;
- Data publicação – em formato de quatro dígitos;



SENADO FEDERAL

Exemplo: Estado de Sítio_v1_1880.pdf

Local de armazenamento das imagens:

A empresa deverá manter nas dependências da Biblioteca, conectados aos microcomputadores de propriedade do Senado, dispositivos de armazenamento de dados, tipo “HD externo” (disco para armazenamento externo), com capacidade de armazenamento de 2 TB (dois terabytes), para assegurar que haja uma cópia de segurança dos objetos digitalizados. Os dados do HD externo deverão ser mantidos até o final do contrato.

Mensalmente, antes do procedimento de aceite pelo Senado, esses objetos deverão também ser gravados em local a ser indicado, utilizando a rede interna de comunicação de dados do Senado, para que o gestor do contrato faça a conferência da qualidade do serviço.

Forma e local de execução dos serviços

A contratada deverá iniciar os serviços no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da assinatura deste contrato, de acordo com as especificações técnicas, procedimentos de controle administrativos e cronogramas físicos que venham a ser estabelecidos pelo SENADO no documento “Lote”.

O serviço, objeto deste contrato, será realizado nas dependências da Biblioteca do Senado, não sendo permitida, sob nenhuma hipótese, a sua retirada para ambiente externo.

Estarão envolvidos no controle de encaminhamento e recebimento do material para a digitalização um servidor designado pela Secretaria de Biblioteca do Senado Federal e o preposto da contratada.

O Senado encaminhará à contratada, para digitalização, um lote contendo no máximo 8 (oito) obras raras de uma só vez.

Do documento de controle de encaminhamento/devolução de obras raras, denominado de Lote, constarão as seguintes informações:

- Identificação do material:
 - Referência bibliográfica;
 - Código de barras do exemplar;
 - N° do Sistema Aleph;
 - Observações, se necessárias.
- Identificação dos responsáveis pela tramitação de encaminhamento e recebimento:
 - Nome do responsável pelo SENADO;
 - Número da Matrícula ou da Carteira de Identidade do responsável pelo SENADO;



SENADO FEDERAL

- Nome do responsável pela CONTRATADA;
- Número da Identidade do responsável pela CONTRATADA;
- Data de entrega;
- Data do recebimento.
- Assinatura do responsável na entrega;
- Assinatura do responsável no recebimento.

O prazo de entrega de cada lote será fixado, considerada uma média de 850 (oitocentos e cinquenta) páginas, em no máximo 2 (dois) dias úteis, a contar da data de recebimento.

A fiscalização exercida pelo Senado Federal não implicará a redução ou exclusão da responsabilidade da Contratada.

A Contratada deverá comunicar, imediata e formalmente, ao gestor deste contrato qualquer anormalidade, dificuldade ou impossibilidade na execução dos serviços, prestando os esclarecimentos necessários.

Cronograma Básico de Execução do Serviço

Digitalização de no mínimo 15.000 (quinze mil) páginas por mês, durante 12 (doze) meses consecutivos, ou até a execução plena do objeto, o que ocorrer primeiro.

Prazo de garantia

O Prazo de Garantia dos serviços será de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo do objeto.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 183/2012

(Processo nº 011.363/12-6)

ANEXO 03

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, _____, para a prestação de serviços de digitalização de obras raras.

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, _____, e _____, com sede na _____, fax nº (____) ____-____ e (____) ____-____, telefone nº (____) ____-____ e ____-____, CNPJ-MF nº _____ /____-____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, CI. _____, expedida pela ____/____, CPF nº. _____-____, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO** nº 183/2012, homologado pela Senhora Diretora-Geral, às fls. ____ do Processo nº _____, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, fls. ____/____ a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dos Atos nºs 24/1998 e 10/2010, ambos da Comissão Diretora do SENADO, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **prestação de serviços de digitalização de um acervo de livros e periódicos raros, no total de 180.000 (cento e oitenta mil) páginas, gerando arquivos mestres de alta qualidade**, durante 12 (doze) meses consecutivos, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato e do edital.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I** - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- II** - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III** - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;
- IV** - manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;
- V** - manter preposto para este contrato que irá representá-la sempre que for necessário;
- VI** - manter a disciplina nos locais dos serviços e substituir imediatamente, quando julgados inconvenientes à boa ordem e ao fiel cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, todo e qualquer empregado ou preposto em serviço, por outro que atenda, no mínimo, às mesmas qualificações com relação ao substituído;
- VII** - manter equipe técnica nas quantidades necessárias e adequadas ao cumprimento de todas as tarefas, obedecidas a periodicidade, a simultaneidade e a abrangência de cada serviço;
- VIII** - selecionar e treinar os empregados que irão prestar os serviços objeto deste contrato;
- IX** - observar a legislação trabalhista e previdenciária, efetuando as anotações nas carteiras de trabalho, inclusive quanto à categoria profissional a ser exercida;
- X** - identificar e fornecer no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da assinatura do presente contrato, os documentos necessários à expedição de crachá pela Polícia do SENADO;
- XI** - fornecer a seus empregados equipamentos de proteção e segurança do trabalho, de acordo com a legislação em vigor, exigindo-lhes o uso em serviço, no que couber;
- XII** - responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e das orientações de segurança, instruindo-os quanto à prevenção de incêndios nas áreas do SENADO;



SENADO FEDERAL

XIII - fornecer ao SENADO no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do presente contrato e manter atualizada, a relação dos empregados que executarão os serviços objeto do presente contrato;

XIV - possuir os equipamentos especiais para a captura das imagens (scanners tipo planetário) e microcomputadores compatíveis com as instalações físicas do SENADO;

XV - instalar equipamento necessário para o controle de iluminação da sala onde o equipamento estará em funcionamento para garantir a qualidade do serviço;

XVI - instalar, nas dependências do SENADO, os equipamentos especiais para a captura das imagens (scanners tipo planetário) e microcomputadores com capacidade para atender às especificações de quantidade e qualidade do contrato;

XVII - manter os sistemas de controle da produção de serviços atualizados permanentemente;

XVIII - refazer serviços nos prazos estabelecidos, quando eles apresentarem padrões de qualidade inferiores aos definidos, sem ônus adicionais para o SENADO;

XIX - assumir a responsabilidade pela preservação da integridade e guarda de sigilo das informações de que faz uso, bem como zelar e proteger os respectivos recursos de processamento de informações;

XX - utilizar os Sistemas de Informações das diversas unidades administrativas e os recursos a ela relacionados somente para os fins previstos pelas normas de segurança em vigor no SENADO;

XXI - não compartilhar, sob qualquer forma, informações confidenciais que vier a ter acesso em razão deste contrato com outros que não tenham a devida autorização de acesso;

XXII - responder por todo e qualquer acesso aos recursos de informática e dados das diversas unidades administrativas do SENADO, bem como pelos efeitos desses acessos efetivados por meio do seu código de identificação, ou outro atributo para esse fim utilizado;

XXIII - respeitar a proibição de, dentro do SENADO, não usar, inspecionar, copiar ou armazenar programas de computador ou qualquer outro material, em violação da lei de direitos autorais (*copyright*);

XXIV - providenciar todas as licenças, taxas e despesas necessárias à execução dos serviços, inclusive seguros dos materiais, dos equipamentos e de acidente do trabalho;



SENADO FEDERAL

XXV - assumir toda a responsabilidade no que se refere a seus empregados, inclusive pelo fornecimento de auxílio-alimentação, auxílio-transporte e demais obrigações trabalhistas e previdenciárias, isentando o SENADO de qualquer responsabilidade solidária;

XXVI - identificar todos os equipamentos de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do SENADO;

XXVII - dispor dos seguintes equipamentos, a ser comprovado na data de demonstração dos serviços, conforme cláusula terceira:

a. aparelhamento técnico disponível que será utilizado na execução dos serviços, descrevendo a quantidade de estações de trabalho disponíveis (configuração/marca/modelo), quantidade de scanners disponíveis (marca/modelo/velocidade nominal e tamanho do documento); devendo ter, no mínimo dois scanners planetários com Resolução (espacial) de 300 dpi (trezentos pontos por polegadas), resolução de cor (bit depth) de 24 (vinte e quatro) bits 16,7 milhões de cores; e colour space - RGB (Red, Green and Blue); compensador de lombada com acionador eletrônico (manual, de pedal ou software) para facilitar a captura das imagens de livros; qualidades técnicas e condições de controle de luminosidade de forma a garantir a reprodução de cores iguais ao original. Estes equipamentos devem ter velocidade nominal mínima (throughput) diária de 760 (setecentos e sessenta) folhas;

XXVIII – dispor dos seguintes softwares, a ser comprovado na data de demonstração dos serviços, conforme cláusula terceira:

- a.** software de reconhecimento de caracteres (OCR) de eficiência reconhecida pelo mercado;
- b.** software de captura de imagem que garanta a capacidade e características especificadas para os scanners;
- c.** software de tratamento de imagens que permita a junção perfeita de duas imagens (para objetos de grande formato, que a área de captura do scanner seja insuficiente).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO TERCEIRO – Correrá por conta exclusiva da contratada a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho e de execução durante a vigência dos serviços contratados.

PARÁGRAFO QUARTO - Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do serviço a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO SEXTO - Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA deverá executar o objeto deste contrato **sob regime de execução POR PREÇO UNITÁRIO POR PÁGINA, iniciando-os no prazo de até 20 (vinte) dias**, a contar da assinatura deste contrato, de acordo com as especificações técnicas, procedimentos de controle administrativos e cronogramas físicos que venham a ser estabelecidos pelo SENADO no documento “Ordem de Serviço”, emitido pelo gestor deste contrato e observado o Cronograma Básico de Execução do Serviço, previsto no Anexo 2 (Especificações Técnicas).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA executará todo o serviço nas dependências do SENADO, não sendo permitida, sob nenhuma hipótese, a retirada do material para ambiente externo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA deverá fornecer todo o material e equipamento para a execução dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Estarão envolvidos no controle de encaminhamento e recebimento do material para a digitalização um servidor designado pela Secretaria de Biblioteca do Senado Federal e o preposto da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUARTO – O SENADO encaminhará à CONTRATADA, para digitalização, um lote contendo no máximo 8 (oito) obras raras de uma só vez.

PARÁGRAFO QUINTO – O prazo de entrega de cada lote será fixado, considerada uma média de 850 (oitocentos e cinquenta) páginas, em no máximo 2 (dois) dias úteis, a contar do seu recebimento, desde que respeitada a média de 15.000 (quinze mil) páginas por mês.

PARÁGRAFO SEXTO – Mensalmente, antes do procedimento de aceite pelo SENADO, esses objetos deverão também ser gravados em local a ser indicado, utilizando a rede interna de comunicação de dados do SENADO, para que o gestor do contrato faça a conferência da qualidade do serviço.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SÉTIMO – A fiscalização exercida pelo SENADO não implicará a redução ou exclusão da responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO OITAVO – A CONTRATADA deverá comunicar, imediata e formalmente, ao gestor deste contrato qualquer anormalidade, dificuldade ou impossibilidade na execução dos serviços, prestando os esclarecimentos necessários.

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATADA deverá estar apta, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a instalação dos equipamentos nas dependências do SENADO, para a realização de **demonstração** da execução do trabalho objeto deste contrato, com a geração dos arquivos eletrônicos que serão analisados e avaliados, e **inspeção** nos trabalhos de digitalização executados, ou em execução, pela contratada, para a avaliação técnica de compatibilidade e adequação às especificações do objeto do contrato.

I – Os trabalhos executados pela empresa serão avaliados por técnicos do SENADO com conhecimentos específicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Na oportunidade também serão verificados os equipamentos existentes, nos termos da cláusula segunda, e a experiência e formação dos profissionais responsáveis.

CLÁUSULA QUARTA – DO ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO

Executado o serviço, proceder-se-á a verificação das características técnicas dos arquivos, de acordo com as especificações técnicas constantes do Anexo 2 do edital e deste contrato:

Para os Arquivos Mestres

- a) Verificação da quantidade de imagens – será verificado se o número de imagens é igual à quantidade de páginas da obra, incluindo capas e contracapas, e excluindo folhas de guarda inseridas na restauração das obras raras.
- b) Verificação da qualidade das imagens – será verificado se os arquivos de imagem estão com qualidade visual e de informação. Este procedimento é feito com as imagens em tamanho normal e aplicando-se o recurso de “Zoom” (aumento da imagem com recurso de um software visualizador de imagem).
- c) Verificação das tonalidades das imagens – será verificada a variação da tonalidade das cores nos arquivos eletrônicos da imagem. Poderá ser efetuado em diversos pontos de uma mesma imagem para comparação. Caso exista uma imagem com dois ou mais arquivos eletrônicos (devido à possibilidade de a área de captura do scanner não ser suficiente para a captura de toda a imagem de uma só vez) esta aferição das tonalidades será feita em todos os arquivos que compõem a imagem.

Para os Arquivos de Exibição



SENADO FEDERAL

- a) Verificação da quantidade de páginas – será verificada se a quantidade de páginas é igual à quantidade de Arquivos Mestre.
- b) Verificação da sequência das páginas – será verificada se as páginas estão obedecendo à sequência da obra.
- c) Somente serão aceitos os Arquivos Mestres e Arquivos de Exibição que estiverem 100% (cem por cento) de acordo com as especificações deste item.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o valor unitário de R\$ _____ (_____), por página, conforme proposta da CONTRATADA, de fls. _____, não sendo permitida, em nenhuma hipótese a antecipação de pagamentos por serviços não executados ou executados de forma incorreta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor global estimado do presente instrumento é de R\$ _____ (_____), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento efetuar-se-á mensalmente, por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo de 9 (nove) dias úteis, ressalvada a hipótese prevista no § 3º, do art. 5º, da Lei nº 8.666/93, a contar do recebimento definitivo do objeto, condicionado à apresentação da garantia prevista na cláusula décima e à apresentação do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação do objeto, acompanhada do original da nota de empenho, da “Ordem de Serviço”, que será composta pela soma das obras que compõem os Lotes digitalizados no mês.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação de penalidades.

PARÁGRAFO QUARTO - As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO - Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do parágrafo segundo desta cláusula será suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no parágrafo segundo e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em



SENADO FEDERAL

fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

O preço será fixo e irreajustável.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, inciso II, e §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 000040 e Natureza de Despesa 339039, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho n.º _____.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia de R\$ _____ (_____), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste contrato, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/1993, em uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA tem o prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir da data da assinatura deste contrato, para efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 dias, a contar da ocorrência do fato, para renová-la ou complementá-la.

PARÁGRAFO QUARTO – Nas hipóteses de a garantia ser prestada nas formas previstas nos incisos II e III, não se admitirá que os respectivos documentos contenham qualquer termo ou condição que limitem ou frustrem a plena execução do valor da garantia ofertada.

PARÁGRAFO QUINTO - A garantia será liberada após a execução plena deste contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, de acordo com a legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela Diretoria-Geral promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o SENADO e seus órgãos supervisionados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV - impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos



SENADO FEDERAL

resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base nas alíneas III e IV desta Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Sem prejuízo das sanções previstas nos incisos II e V desta Cláusula, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA ainda poderá ser impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre que ocorrer alguma das seguintes hipóteses:

- I** – apresentar documentação falsa;
- II** – fraudar a execução do contrato;
- III** – comportar-se de modo inidôneo;
- IV** – fazer declaração falsa;
- V** – cometer fraude fiscal.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A ocorrência de alguma das hipóteses constantes do parágrafo anterior enseja a rescisão unilateral do contrato, sujeitando-se a CONTRATADA à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O atraso injustificado ou que sua justificativa não venha a ser aceita pelo SENADO na execução deste contrato, sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre a parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO QUARTO - A não apresentação da garantia contratual prevista na cláusula oitava, ou ainda, quando da não apresentação da documentação prevista no parágrafo terceiro da Cláusula Quinta, sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO QUINTO - Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos parágrafos terceiro e quarto, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO SEXTO - Findo o prazo limite previsto no parágrafo terceiro, sem adimplemento da obrigação, aplicar-se-á, cumulativamente, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida deste contrato, podendo ainda o SENADO, a seu critério, fazer uso da garantia prestada pela empresa e impor outras sanções legais cabíveis.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Em caso de perda ou dano que invalide o documento, será aplicada multa de R\$ 100,00 (cem reais) para cada recorte.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO OITAVO - Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, no caso deste contrato vir a ser rescindido por culpa exclusiva da CONTRATADA, será aplicada multa correspondente a até 20% (vinte por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

PARÁGRAFO NONO - A multa, aplicada após regular processo administrativo, garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou, se insuficiente, da garantia prestada na forma da cláusula oitava deste contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O descumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, relacionadas com confidencialidade e segurança de dados, de informações e sistemas, mediante ações ou omissões, intencionais ou acidentais, que impliquem em perda, destruição, inserção, cópia, acesso ou alterações indevidas, independentemente do meio no qual estejam armazenados, em que trafeguem ou do ambiente em que estejam sendo processados, determinará a responsabilização, na forma da lei, de seus dirigentes e funcionários envolvidos.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O valor remanescente da multa não quitada totalmente deverá ser recolhido à conta do SENADO ou, em último caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão deste contrato se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:

I - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou

II - judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUINTO - Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do art. 80 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência por 12 (doze) meses consecutivos, a partir da data de sua assinatura, ou até a execução plena do objeto, o que ocorrer primeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, ____ de _____ de 2012

**DIRETOR-GERAL
SENADO FEDERAL**

**REPRESENTANTE
CONTRATADA**

**DIRETOR DA _____
DIRETOR DA _____**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 183/2012

(Processo nº 011.363/12-6)

ANEXO 4

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará o contrato, conforme modelo abaixo, à Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Capítulo X - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

PREGÃO ELETRÔNICO N° ____/____					
Data de abertura:					
Nome da empresa:					
CNPJ:					
Endereço:					
CEP:					
Telefone: (DDD)					
Fax: (DDD)					
e-mail:					
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato)					
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)					
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)					
Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)					
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
				R\$	R\$
				R\$	R\$
				R\$	R\$
VALOR TOTAL					R\$

Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços por item, total do item, e total global da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar o contrato de Preços deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.



SENADO FEDERAL

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos, e, caso o somatório ultrapasse duas casas decimais deverão os valores ser arredondados da seguinte forma: quando a casa decimal imediatamente posterior às duas casas decimais dos centavos for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada, **observando-se que o valor apresentado no lance final deverá ser de qualquer maneira preservado, procedendo-se os arredondamentos, quando necessários, nos valores parciais e/ou dos individuais dos itens.**

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.